



Número 278
Novembro 2023
(Atualização da NT 199, de novembro 2018)

Educação Profissional e mercado de trabalho: ainda há muito a avançar

Educação Profissional e mercado de trabalho: ainda há muito a avançar

Introdução

Diversos são os fatores – estruturais e conjunturais – que definem a inserção e a trajetória ocupacional dos trabalhadores, destacando-se como o mais relevante a configuração do mercado de trabalho e sua capacidade de absorção da mão de obra. Também as características socioeconômicas dos que pretendem incorporar-se ao mercado de trabalho – como renda familiar e grau de instrução, entre outras – são decisivas para determinar as condições de ingresso e de permanência na vida laboral.

A situação particular de emprego de cada trabalhador, portanto, não depende exclusivamente de suas ações e de seu percurso individual, mas das circunstâncias e das oportunidades que lhe são proporcionadas pela sociedade em que vive e que decorrem, evidentemente, das diretrizes político-econômicas adotadas pelo país ao longo da história.

É consenso, no entanto, que a educação é importante para que os indivíduos alcancem uma boa colocação no mercado de trabalho e, independentemente do contexto econômico que os cerca, contribui positivamente para sua inserção. No Brasil, onde são expressivas as disparidades sociais, econômicas e regionais, a formação profissionalizante pode ser um instrumento fundamental para a inclusão social e a redução das desigualdades.

Nesta nota, pretende-se examinar a situação da Educação Profissional no país e sua relação com o mercado de trabalho. Para isso, serão apresentadas, primeiramente, as modalidades de Educação Profissional previstas na legislação. Em seguida, serão analisados o alcance e a eficácia dessas políticas, por meio de dados relativos à condição ocupacional dos trabalhadores que frequentaram cursos dessa natureza. Por fim, serão expostas e debatidas as concepções sobre Educação Profissional em disputa no debate público.

A Educação Profissional no Brasil

Conforme o Decreto nº 5.154/2004, referendado posteriormente pela Lei nº 11.741/2008, a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) é organizada em três segmentos: Qualificação Profissional (QP) ou Formação Inicial e Continuada (FIC); Curso Técnico de Nível Médio (CTNM); e Graduação Tecnológica.

A Qualificação Profissional é promovida por meio dos chamados cursos livres, cursos básicos, ou, ainda, cursos de formação inicial e continuada, cuja finalidade é “qualificar o profissional para o trabalho, não tendo o objetivo de aumentar o seu nível de escolaridade” (IBGE, 2007). Esses cursos têm duração variável, conferem certificados aos participantes e podem ser ofertados para alunos de todos os níveis de escolaridade, inclusive dispensando exigência de escolarização, a depender do tipo. Diversas instituições podem disponibilizá-los: sindicatos, escolas, igrejas, organizações não governamentais (ONGs) e associações, entre outras.

Os Cursos Técnicos de Nível Médio possuem legislações próprias e diretrizes curriculares específicas, e só podem ser ofertados por escolas credenciadas pelo poder público para esse tipo de formação. Podem ser realizados de forma integrada ao ensino médio, ou após sua conclusão, e conferem diploma de técnico aos alunos.

Há, ainda, os cursos de Graduação e Pós-Graduação Tecnológica, de nível superior, que também são regidos por legislação própria, contam com diretrizes curriculares específicas e só podem ser ministrados por escolas credenciadas pelo Ministério da Educação (MEC). Para acessar esses cursos, é necessária, além da conclusão do ensino médio, a aprovação em processo seletivo. A realização de graduação tecnológica confere diploma de tecnólogo e não de bacharel (IBGE, 2007).

1) Indicadores da Educação Profissional

Neste tópico, será examinada a situação dos trabalhadores que participaram de cursos de Qualificação Profissional ou de Cursos Técnicos de Nível Médio, por meio da análise dos dados publicados no Suplemento de Educação 2022, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - Pnad Contínua Anual, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em 2022, no Brasil, 145,4 milhões de pessoas em idade de trabalhar não haviam concluído o nível superior de ensino¹. Nesta nota, consideramos esse o público apto a realizar um curso de Qualificação Profissional². Já as pessoas aptas a frequentarem um Curso Técnico de Nível Médio³ somavam 62,0 milhões⁴.

¹ A população total em idade de trabalhar, segundo o IBGE, era de 173,1 milhões de pessoas.

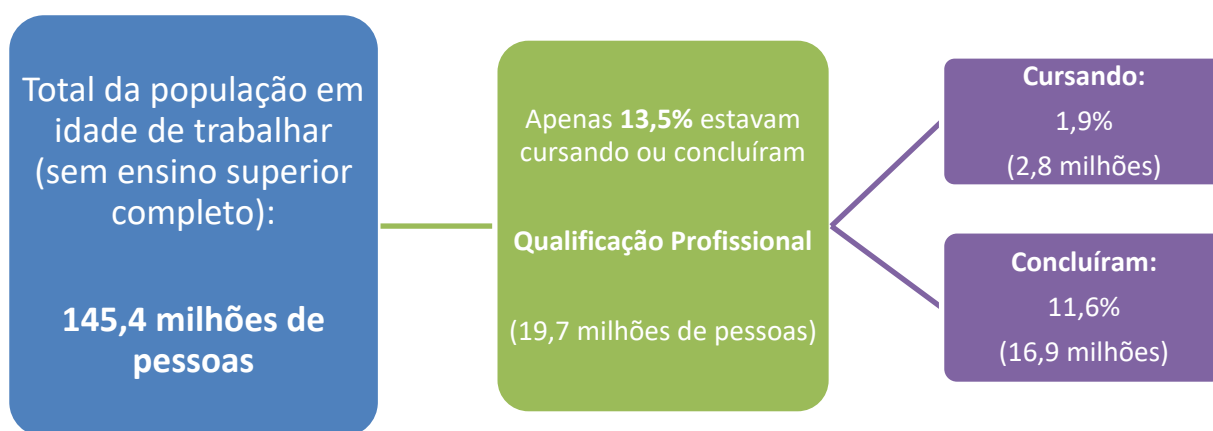
² As pesquisas consideram como qualificação os cursos de formação profissional para uma determinada ocupação, que podem ser cursos de formação inicial e continuada (FIC) ou não. Os critérios utilizados nesta nota se baseiam nos critérios adotados pelo IBGE em seu Informativo da Educação 2022 (IBGE, 2023).

³ Pessoas aptas = estudantes do ensino médio (regular ou EJA), pessoas com ensino médio completo ou com superior incompleto (que haviam ingressado no superior sem o concluir e que não estavam frequentando uma graduação).

⁴ O Suplemento de Educação 2022 da Pnad, assim como o de 2019, inclui o magistério (normal) nos Cursos Técnicos de Nível Médio. Assim, qualquer comparação com dados anteriores a 2019 deve ser feita com ressalvas.

A Qualificação Profissional foi a modalidade com o maior número de concluintes na Educação Profissional. Do total da população em idade de trabalhar sem o nível superior completo, 13,5% (ou 19,7 milhões de pessoas) estavam frequentando ou haviam concluído um curso de Qualificação Profissional, sendo que 1,9% o frequentavam no momento da pesquisa e os outros 11,6% o haviam concluído (Quadro 1).

QUADRO 1
Estimativa da população em idade de trabalhar e
frequência a cursos de Qualificação Profissional
- Brasil, 2022 -



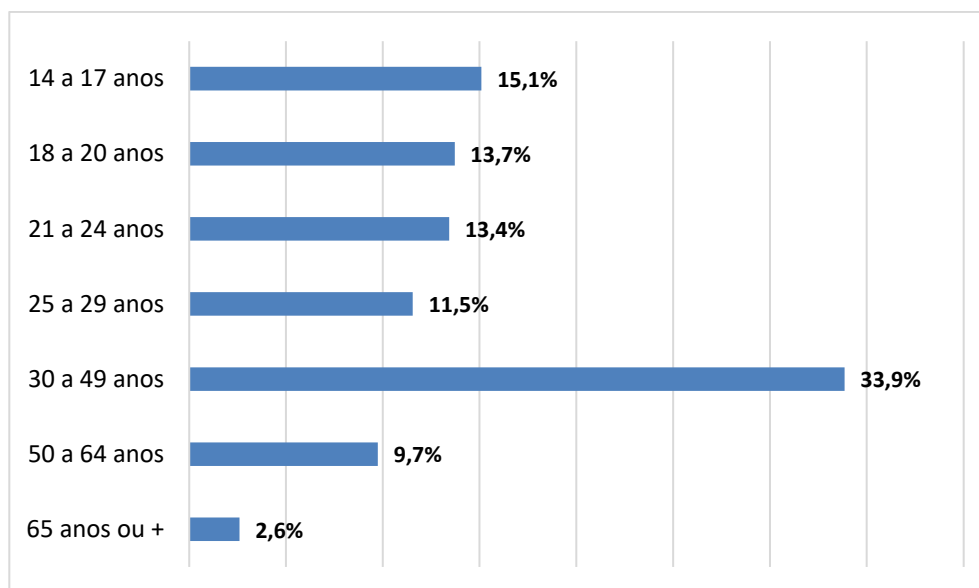
Fonte: IBGE. Pnad Contínua.

Elaboração: DIEESE

Obs.: quem faz/fez QP também pode ter realizado Curso Técnico.

Dos 2,8 milhões de pessoas que frequentavam cursos de Qualificação Profissional no momento da pesquisa, pouco mais de um terço (33,9%) tinha entre 30 e 49 anos de idade, faixa etária que concentrava, também, quase metade da força de trabalho no país, em 2022 (Gráfico 1). Apenas 15,1% desses estudantes estavam na faixa entre 14 e 17 anos, e 13,7% na faixa entre 18 e 20 anos (Gráfico 1), idades que podem ser consideradas como um momento de preparação para a entrada no mercado de trabalho.

GRÁFICO 1
Distribuição da população em idade de trabalhar, que frequentava cursos de Qualificação Profissional, por faixa etária
- Brasil, 2022 -



Fonte: IBGE. Pnad Contínua.
 Elaboração: DIEESE

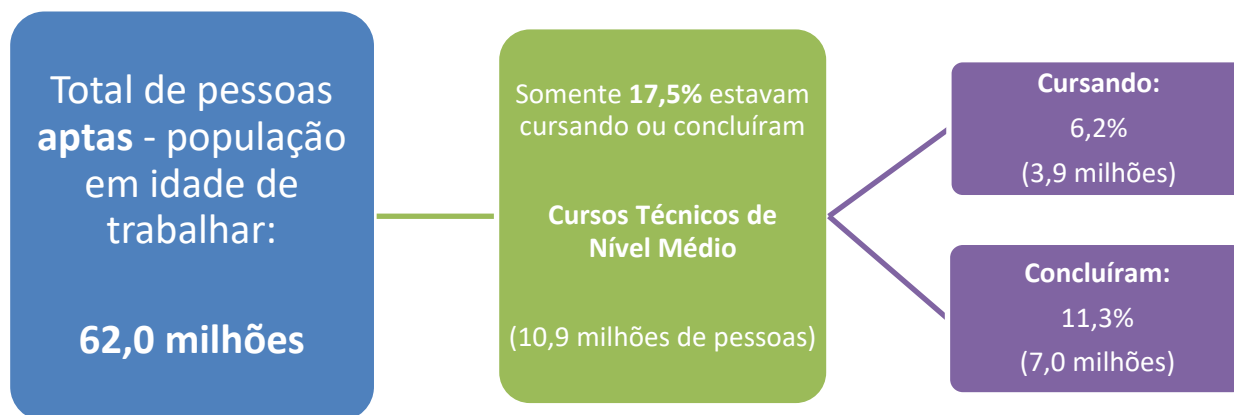
A população apta a frequentar Cursos Técnicos de Nível Médio - ou seja, os estudantes do ensino médio (regular ou da Educação de Jovens e Adultos - EJA) ou pessoas que haviam concluído o ensino médio ou ingressado no superior sem o concluir e que não estavam frequentando uma graduação - somava 62,0 milhões de pessoas (Quadro 2). Dessas, 17,5% (10,9 milhões) ou estavam cursando no momento da realização da pesquisa (6,2%) ou já os haviam concluído (11,3%).

Aproximadamente 12,5% (5,5 milhões de pessoas) da força de trabalho apta a concluir⁵ algum tipo de curso técnico o tinham finalizado no momento da pesquisa. Já entre o grupo da população desocupada apta, cerca de 9,8% (454 mil pessoas) haviam concluído algum tipo de curso técnico.

O perfil da população que estava cursando os Cursos Técnicos de Nível Médio no momento da entrevista (3,9 milhões) indica o quão tardiamente esses cursos são realizados por quem está buscando qualificação - ou requalificação - para o trabalho.

⁵ Pessoas aptas a concluir CTNM = pessoas de 14 anos ou mais, com pelo menos ensino médio completo e sem superior completo

QUADRO 2
Estimativa da população em idade de trabalhar e
frequência a Cursos Técnicos de Nível Médio - Brasil, 2022



Fonte: IBGE. Pnad Contínua.

Elaboração: DIEESE

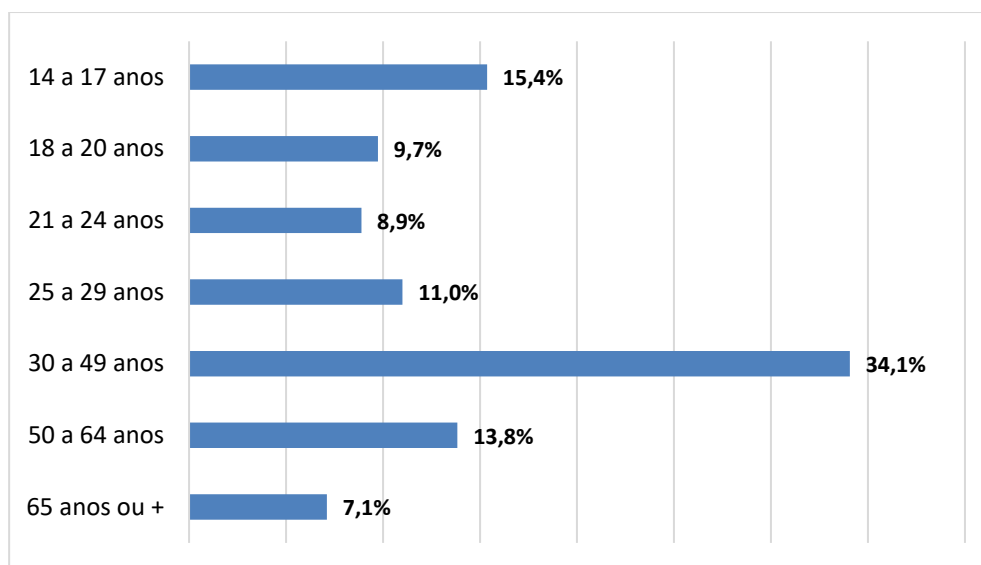
Obs.: (1) Pessoas aptas = pessoas em idade de trabalhar cursando o ensino médio (regular ou EJA) ou com o ensino médio completo e pessoas com superior incompleto (havia ingressado no superior sem o concluir e que não estavam frequentando uma graduação).

(2) Quem faz/fez CTNM também pode ter realizado QP.

Cerca de 34% dos estudantes dos CTNM estavam na faixa etária de 30 a 49 anos; e apenas 15,4% tinham entre 14 e 17 anos (ou 25,1%, se considerado o grupo de estudantes com idade entre 14 e 20 anos), período considerado ideal para a realização de cursos desse tipo, de forma concomitante ou subsequente ao ensino médio (Gráfico 2). Esse dado, associado à informação de que a juventude brasileira inicia precocemente sua vida laboral⁶, inclusive em concomitância com os estudos, indica que o ingresso da maioria dos jovens no trabalho ocorre sem qualquer tipo de preparação profissionalizante.

⁶ Ainda segundo os dados da Pnad Educação 2022, entre os jovens de 14 a 17 anos, 79,9% estavam sem ocupação e estudando. Já na faixa de 18 a 24 anos, esse percentual de quem estava apenas estudando cai para 18,6%, e 57% das pessoas estavam ocupadas, ou seja, trabalhando (conciliando ou não com os estudos).

GRÁFICO 2
Distribuição da população em idade de trabalhar, que frequentava Cursos Técnicos de Nível Médio,
por faixa etária
- Brasil, 2022 -



Fonte: IBGE. Pnad Contínua.
 Elaboração: DIEESE

2) Educação Profissional e inserção no mercado de trabalho

Para fornecer subsídios à reflexão sobre as relações entre educação e trabalho, serão apresentadas, a seguir, informações sobre a situação ocupacional dos trabalhadores que realizaram cursos de formação profissional. A análise abrange as taxas de desocupação, de ocupação e de inatividade, bem como a qualidade dos postos de trabalho dos ocupados.

Para a contextualização dos dados, é importante tecer alguns comentários sobre o mercado de trabalho brasileiro, que se caracteriza pela heterogeneidade, por elevadas taxas de desemprego - que marcam longos períodos de sua história - e por uma estrutura ocupacional concentrada em trabalhos que não necessariamente exigem algum tipo de qualificação formal.

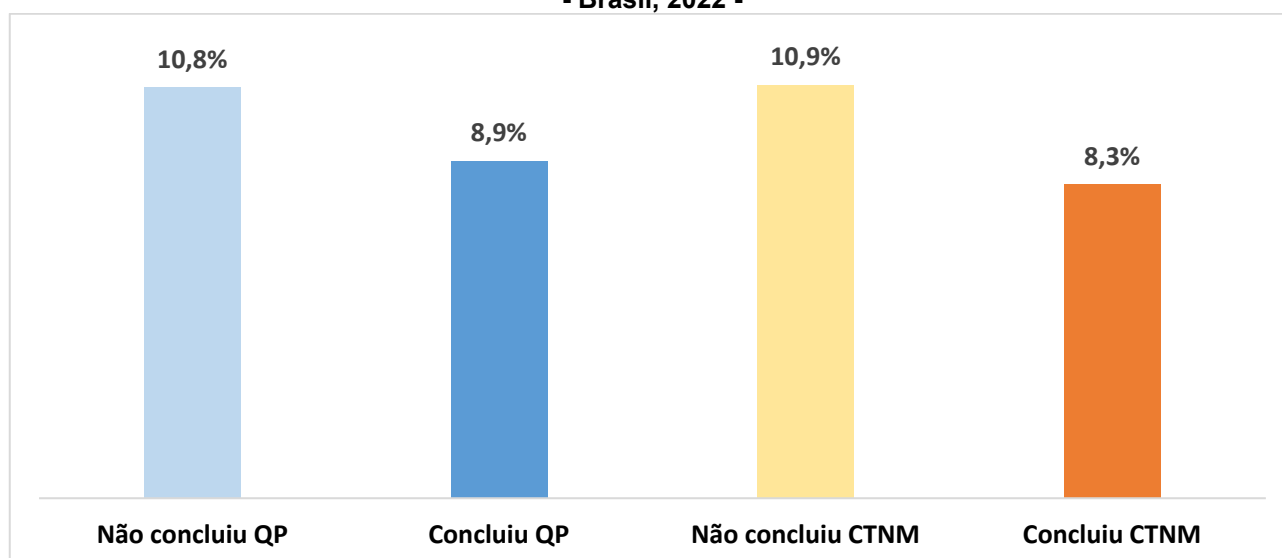
Assim, se por um lado a Educação Profissionalizante é importante para a provisão de oferta de mão de obra qualificada – e, associada a políticas públicas, é de grande importância para a melhoria das condições de vida da população –, por outro, não se constitui, isoladamente, como solução para os problemas da falta de vagas de emprego e da baixa qualidade dos postos de trabalho.

Desocupação

As taxas de desocupação apuradas entre os trabalhadores que concluíram cursos de Qualificação Profissional ou Cursos Técnicos são, na média geral, levemente inferiores às observadas para os demais ocupados, indicando alguma melhora na inserção ocupacional.

Entre os que cursaram Qualificação Profissional, essa taxa correspondia a 8,9%, ligeiramente inferior à verificada para as demais pessoas aptas, mas que não concluíram esses cursos (10,8%); e entre os que concluíram Cursos Técnicos de Nível Médio, foi observada uma taxa de desocupação de 8,3%, inferior em 2,6 pontos percentuais àquela da população que não concluiu esses cursos (10,9%), conforme exibido no Gráfico 3.

GRÁFICO 3
Taxa de desocupação dos que concluíram Qualificação Profissional e Curso Técnico de Nível Médio, e do total da população apta que não concluiu esses cursos
- Brasil, 2022 -



Fonte: IBGE. Pnad Contínua.

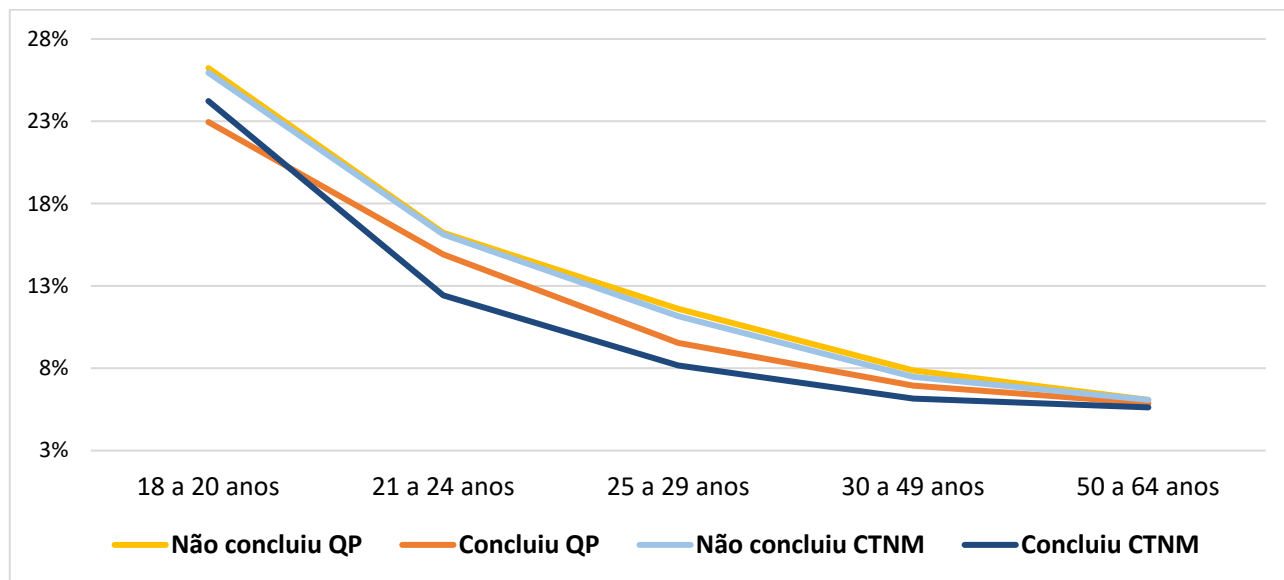
Elaboração: DIEESE

Notas: (1) população apta a concluir CTNM = pessoas de 14 anos ou mais com ensino médio completo ou superior incompleto.

(2) população apta a concluir QP = pessoas com até o superior incompleto.

Contudo, é interessante notar que, em algumas faixas etárias, há proximidade entre as taxas de desocupação dos que realizaram algum tipo de formação profissional e o total da população apta a realizar tais cursos (Gráfico 4). Deve-se notar que, na faixa de 18 a 20 anos, considerando-a como um momento de possível ingresso de milhões de jovens no mercado de trabalho, a taxa de desocupação de quem concluiu Cursos Técnicos era de 24% (ante 26% de quem não concluiu); e para quem concluiu curso de Qualificação Profissional, ficou em 23% (ante 26% de quem não concluiu). Portanto, os indicadores apresentam uma leve melhora na inserção profissional, contudo, ainda são taxas altíssimas, consideradas uma marca histórica do desemprego no mercado de trabalho brasileiro.

GRÁFICO 4
Taxa de desocupação dos que concluíram Qualificação Profissional e Curso Técnico de Nível Médio, e do total da população apta que não concluiu esses cursos, por faixa etária
- Brasil, 2022 -



Fonte: IBGE. Pnad Contínua.

Elaboração: DIEESE

Notas: (1) população apta a concluir CTNM = pessoas de 14 anos ou mais com ensino médio completo ou superior incompleto.

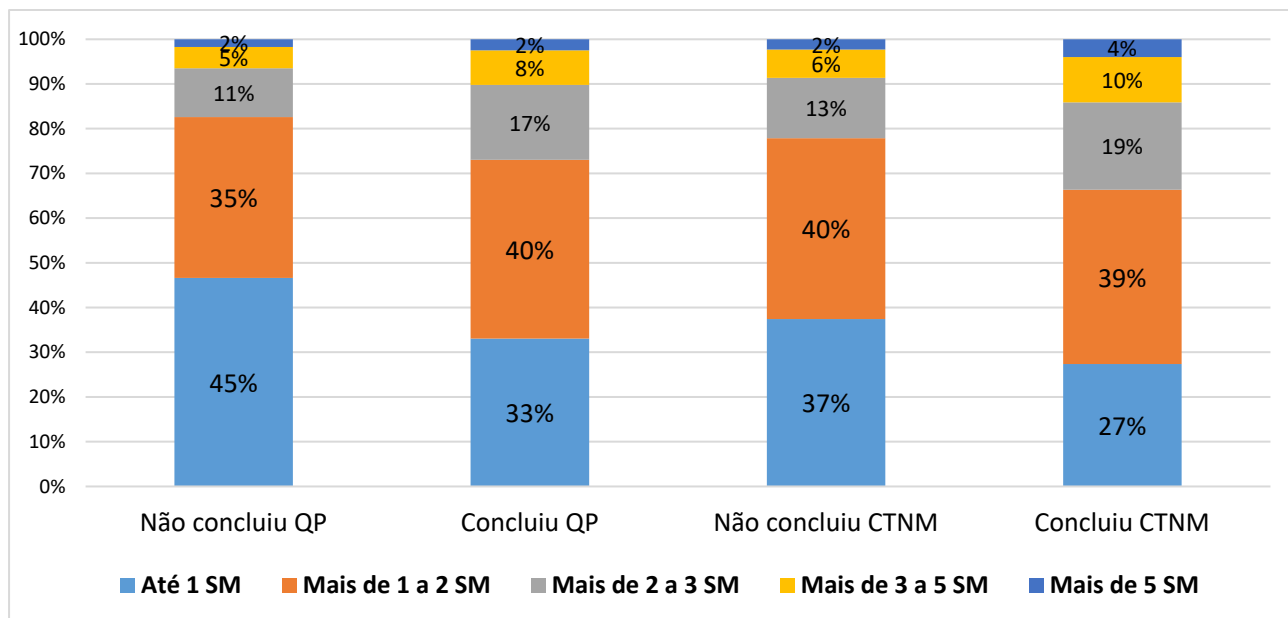
(2) população apta a concluir QP = pessoas com até o superior incompleto.

Ocupação

Ter concluído Curso de Qualificação Profissional ou Curso Técnico significou, em média, acréscimo de aproximadamente 20% nos rendimentos médios recebidos pelos ocupados. Em valores monetários, os que concluíram cursos de Qualificação Profissional ganhavam, em média, R\$ 2.121 – 20,0% a mais do que os R\$ 1.767 auferidos pelos demais ocupados do grupo. No caso dos que realizaram Curso Técnico, o rendimento médio correspondia a R\$ 2.420 – 19,6% acima do valor médio percebido pelo total de ocupados aptos a fazer esses cursos, mas que não os concluíram, que equivalia a R\$ 2.024.

Nota-se que esses valores evidenciam o baixo patamar das remunerações vigentes no mercado de trabalho brasileiro, independentemente da realização ou não de formação profissional. O Gráfico 5 revela que a maior parte dos ocupados que a concluíram – 73% (qualificação) e 66% (cursos técnicos) – ganhava até 2 salários mínimos. Ou seja, acompanhando, ainda que em melhor patamar, o comportamento da remuneração do total dos demais ocupados no mercado de trabalho, que ficou em torno de 80% e 77%, nessa mesma comparação.

GRÁFICO 5
Distribuição da população em idade de trabalhar, segundo faixa de remuneração (em salários mínimos) e situação de conclusão de Curso de Qualificação Profissional ou Curso Técnico de Nível Médio - Brasil, 2022 -



Fonte: IBGE. Pnad Contínua.

Elaboração: DIEESE

Notas: (1) população apta a concluir CTNM = pessoas de 14 anos ou mais com ensino médio completo ou superior incompleto.

(2) população apta a concluir QP = pessoas com até o superior incompleto.

(3) SM em 2022: R\$ 1.212.

Para a análise da inserção ocupacional no mercado de trabalho de quem realizou formação profissional, apresenta-se, a seguir, um *ranking* das 25 ocupações mais recorrentes entre os ocupados com nível médio de escolaridade e entre os que realizaram cursos técnicos.

Conforme mostra a Tabela 1, para os que concluíram Curso Técnico de Nível Médio, a ocupação mais frequente foi a de Profissional de Nível Médio de Enfermagem, na qual trabalhavam 447,6 mil técnicos. As três ocupações que a sucedem não exigem necessariamente cursos técnicos: Escriturários Gerais, com 266,8 mil ocupados; Balconistas e Vendedores de Lojas, com 188,9 mil; e Comerciantes de Lojas, com 170,7 mil. Chama a atenção, também, que a 5ª ocupação mais frequente entre quem realizou Cursos Técnicos de Nível Médio foi a de Condutores de Automóveis, Táxis e Caminhonetes, com 98,2 mil ocupados.

TABELA 1
Ranking de frequência das ocupações, segundo conclusão de Cursos Técnicos de Nível Médio, entre os ocupados aptos a realizarem esses cursos
- Brasil, 2022 -

Ranking		Nome da Ocupação (CBO)	Concluíram CTNM	Não concluíram CTNM	Total	Concluíram CTNM/Total (%)
Concluíram CTNM	Não concluíram CTNM					
1º	25º	Profissionais de nível médio de enfermagem	447.585	340.837	788.422	56,8%
2º	2º	Escriturários gerais	266.817	1.638.646	1.905.463	14,0%
3º	1º	Balconistas e vendedores de lojas	188.881	2.050.886	2.239.767	8,4%
4º	3º	Comerciantes de lojas	170.744	1.352.402	1.523.146	11,2%
5º	6º	Condutores de automóveis, taxis e caminhonetes	98.247	866.785	965.032	10,2%
6º	32º	Mecânicos e reparadores de máquinas agrícolas e industriais	87.745	257.382	345.127	25,4%
7º	11º	Especialistas em tratamento de beleza e afins	79.129	629.445	708.574	11,2%
8º	5º	Trabalhadores de limpeza de interior de edifícios, escritórios, hotéis e outros estabelecimentos	77.924	945.935	1.023.858	7,6%
9º	13º	Recepcionistas em geral	75.955	593.796	669.750	11,3%
10º	16º	Cozinheiros	75.831	537.142	612.974	12,4%
11º	10º	Guardas de segurança	71.664	657.646	729.310	9,8%
12º	4º	Trabalhadores dos serviços domésticos em geral	70.261	1.121.158	1.191.418	5,9%
13º	14º	Vendedores a domicilio	67.067	580.600	647.666	10,4%
14º	9º	Pedreiros	65.730	689.238	754.968	8,7%
15º	39º	Trabalhadores de cuidados pessoais a domicílios	65.593	240.075	305.669	21,5%
16º	8º	Caixas e expedidores de bilhetes	64.197	691.210	755.407	8,5%
17º	79º	Técnicos em engenharia mecânica	60.013	91.828	151.841	39,5%
18º	7º	Condutores de caminhões pesados	56.885	713.760	770.645	7,4%
19º	12º	Cabeleireiros	56.055	595.703	651.759	8,6%
20º	18º	Mecânicos e reparadores de veículos a motor	52.879	490.142	543.020	9,7%
21º	79º	Técnicos em eletrônica	51.545	91.828	143.373	36,0%
22º	20º	Cuidadores de crianças	51.283	413.481	464.765	11,0%
23º	94º	Eletrotécnicos	50.444	75.451	125.895	40,1%
24º	42º	Eletricistas de obras e afins	48.928	206.032	254.961	19,2%
25º	38º	Trabalhadores comunitários da saúde	47.893	242.770	290.663	16,5%

Fonte: IBGE. Pnad Contínua.

Elaboração: DIEESE

Notas: (1) o ranking foi construído a partir dos dados de ocupados cuja amostra permitiu a desagregação;

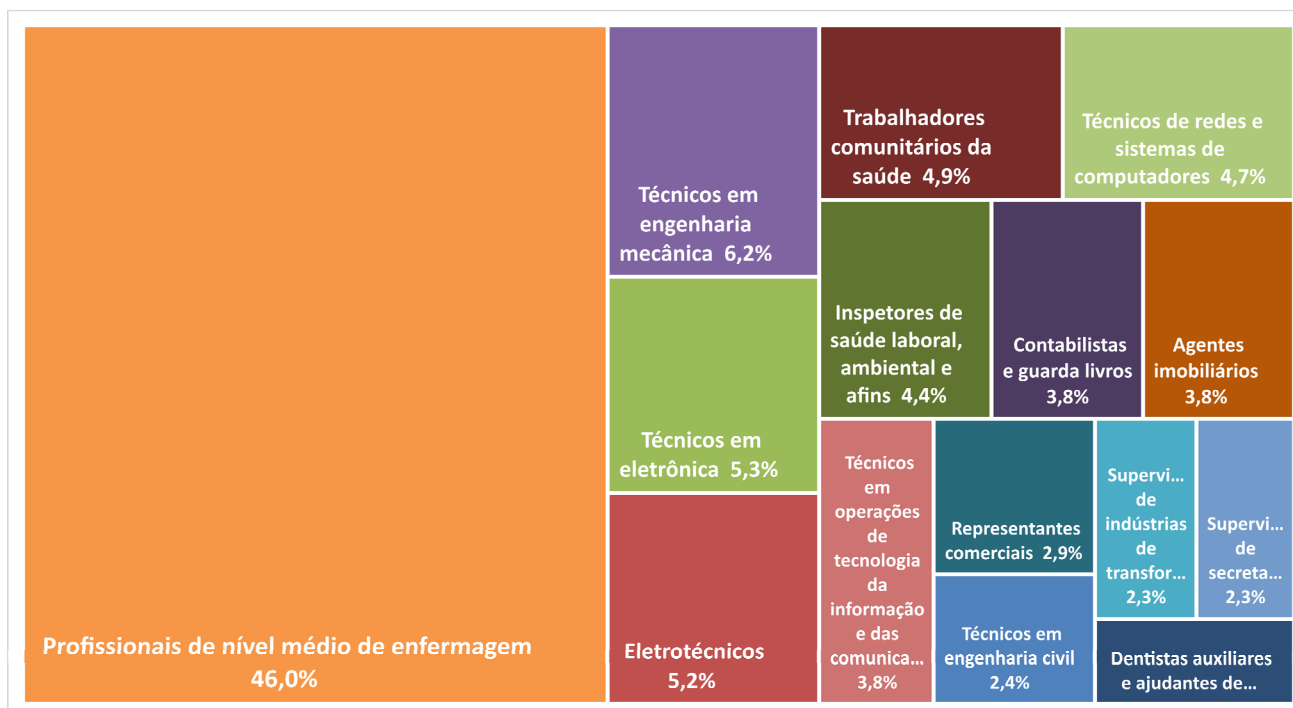
(2) ocupados aptos a concluir CTNM = pessoas com ensino médio completo ou superior incompleto.

A comparação entre os *rankings* evidencia que, na prática, não há diferenças tão expressivas na inserção profissional de quem realizou ou não essa modalidade de educação. Entre as 25 ocupações mais comuns entre os que concluíram o Curso Técnico, 18 estão também entre as 25 mais recorrentes entre os ocupados com ensino médio (pessoas aptas a fazerem esses cursos, mas que não os concluíram). Essa constatação leva novamente à reflexão sobre a configuração do mercado de

trabalho brasileiro, que se baseia principalmente em postos de trabalho dos setores do Comércio e de Serviços, que não exigem esse tipo de qualificação, possuem longas jornadas, baixa remuneração e recebem a maior parte dos jovens no primeiro emprego.

Ainda assim, é possível explorar a estimativa do número de pessoas em ocupações com potencial exigência de Cursos Técnicos, considerando-se as 973 mil inseridas no Grupo 3 da Classificação de Ocupações para as Pesquisas Domiciliares – COD (Técnicos e profissionais de nível médio). Tal inserção pode dar indícios das áreas com maior empregabilidade de quem realizou esses cursos, dentro das áreas de nível médio, sendo observado, novamente, que a área de Enfermagem é a que possui o maior número de pessoas empregadas no mercado de trabalho, com 447,6 mil (46%) nesse grupamento da CBO. Depois, estão as ocupações de Técnicos em Engenharia Mecânica (6,2%), Técnicos em Eletrônica e Eletrotécnicos (com 5,3% e 5,2% cada, respectivamente); Trabalhadores Comunitários da Saúde, com 4,9%, Técnicos em Redes e Sistemas de Computadores (4,7%), entre outros, conforme exibido no Gráfico 6.

GRÁFICO 6
Distribuição da população ocupada que concluiu Curso Técnico de Nível Médio, segundo ocupações da Classificação de Ocupações para as Pesquisas Domiciliares (COD) – Grupo 3 (em %)
- Brasil, 2022 -



Fonte: IBGE. Pnad Contínua.

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) a classificação foi realizada a partir dos dados de ocupados cuja amostra permitiu a desagregação.

Inatividade

A despeito da importância da Educação Profissional como política pública de emprego, há indícios de que a realização de cursos profissionalizantes não seja suficiente para promover a inserção dos trabalhadores que os concluíram em funções compatíveis com sua formação.

Foi possível identificar, pela pesquisa, entre as pessoas que não estavam ocupadas e nem procurando trabalho, o motivo pelo qual não haviam tomado providências para obter emprego (Tabela 2). No caso dos que concluíram curso de Qualificação Profissional, apenas 2,3% afirmaram que lhes faltava experiência profissional ou qualificação (Tabela 2). Por outro lado, quase um terço delas (28,2%), apontou como problema a oferta de trabalho – seja porque não havia trabalho na localidade em que morava (15,5%), seja porque não conseguia trabalho adequado (7,2%) ou por ser considerado muito jovem ou muito idoso (5,5%).

Outra questão muito importante é que 27,8% dos que concluíram Qualificação Profissional apontaram que não procuraram trabalho pois tiveram que cuidar de afazeres domésticos, dos(as) filhos(as) ou de outras pessoas da família, enquanto 19,8% não o fizeram por problema de saúde ou gravidez, não podendo ingressar ou prosseguir no mercado de trabalho. Deve-se notar que, nesse grande grupo, que compõe quase metade das pessoas (47,6%) que não procuraram trabalho, possivelmente, estão muitas mulheres.

O quadro é semelhante entre quem concluiu Cursos Técnicos de Nível Médio, uma vez que 29,6% apontaram que não havia trabalho na localidade (13,5%), ou não conseguiam trabalho adequado (10,0%) ou não conseguiam se empregar, por serem considerados muito jovens ou muito idosos. Novamente, a maior parcela (38,1%) apontou como motivo problemas de saúde ou gravidez (13,2%), ou necessidade de cuidar de tarefas domésticas e de familiares (24,9%). Assim, pelo menos para essa parcela da população, o principal empecilho para a inserção no mercado de trabalho era a insuficiência de vagas, ou a predominância das desigualdades de gênero, e não a falta de qualificação.

TABELA 2
Estimativa de pessoas fora da força de trabalho, segundo motivo de não ter procurado trabalho e situação de conclusão de Qualificação Profissional ou de Curso Técnico de Nível Médio (em %)
– Brasil, 2022 -

Motivo de não ter tomado providências para conseguir trabalho	Não ocupados que concluíram	
	Qualificação Profissional	Curso Técnico de Nível Médio
Não havia trabalho na localidade	15,5	13,5
Tinha que cuidar dos afazeres domésticos, do(s) filho(s) ou de outro(s) parente(s)	27,8	24,9
Por problema de saúde ou gravidez	19,8	13,2
Estava estudando (curso de qualquer tipo ou por conta própria)	8,8	13,7
Não conseguia trabalho adequado	7,2	10,0
Não conseguia trabalho por ser considerado muito jovem ou muito idoso	5,5	6,1
Estava aguardando resposta à medida tomada para conseguir trabalho	4,0	(a)
Não tinha experiência profissional ou qualificação	2,3	(a)
Conseguiu proposta de trabalho para começar após a semana de referência	(a)	(a)
Outro motivo, especifique	7,8	(a)
Total	100,0	100,0

Fonte: IBGE. Pnad Contínua.

Elaboração: DIEESE

Nota: (a) a amostra não comporta desagregação para essa categoria

Ainda que fatores como antecedentes familiares, classe social, renda e outros tantos - inclusive subjetivos -, certamente influenciem na inserção de um indivíduo qualificado no mercado de trabalho, os indicadores aqui apresentados acrescentam informações importantes para a análise dessas relações.

Em síntese, os que concluíram cursos profissionalizantes se deparam com um mercado de trabalho em que a disponibilidade de vagas de emprego é escassa, inclusive para ocupações mais qualificadas, o que leva as taxas de desocupação dos egressos da Educação Profissional a patamares semelhantes aos verificados entre os demais ocupados no mercado de trabalho - ainda que seus rendimentos sejam, em média, superiores. Além disso, outro ponto crítico é que os que concluíram esses cursos acabaram em ocupações similares às que são exercidas pelos demais trabalhadores, isto é, em ocupações que exigem baixa qualificação, além de boa parte deles não ter conseguido encontrar trabalho adequado e ter deixado de procurá-lo.

3) A Educação Profissional em disputa: questões para o debate

O debate sobre Educação Profissional modifica-se com o contexto econômico e social. No Brasil, esse tema assumiu posição de destaque nos anos 1990, em função da intensificação do processo de reestruturação produtiva então em curso, que se caracterizou pela implementação de

inovações tecnológicas e novos métodos de gestão e de organização da produção. No cenário em que ocorreram essas mudanças, registraram-se altas taxas de desemprego, o que levou empresários, governos e parte da academia a apontar a Educação Profissional como instrumento essencial na qualificação dos trabalhadores, visando à operação dos novos métodos de produção e à realocação dos desempregados no mercado de trabalho.

Nessa conjuntura, foram realizadas profundas alterações no sistema educacional então vigente, além de reformulações nos programas de Qualificação Profissional, que, até 1994, restringiam-se aos requerentes do seguro-desemprego e, a partir daí, passaram a ser ofertados a todos os trabalhadores⁷ (DIEESE, 2016).

Desde a criação do Plano Nacional de Formação Profissional (Planfor), em 1995⁸, até a criação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), em 2011, os programas de qualificação passaram por inúmeras mudanças, tanto da perspectiva da oferta de Educação Profissional, como dos objetivos propostos⁹. No entanto, os dados mostram que nem sempre há uma relação de “causa e efeito” entre essas políticas e a “solução” para o desemprego (DIEESE, 2007).

Ao final dos anos 2000, com a economia em expansão e o desemprego em queda, o “apagão de mão de obra especializada” era apontado como o principal entrave para o desenvolvimento do país, sob o argumento de que existiam vagas de emprego, mas não havia trabalhadores qualificados para ocupá-las. A qualificação profissional passou, novamente, a ocupar espaço relevante na agenda nacional, dessa vez também como fator de viabilização do crescimento econômico.

Assim, o debate sobre Educação Profissional no país é recorrentemente vinculado ao conceito de “empregabilidade” e, no geral, apresenta-se como solução para o desemprego e/ou para a escassez de mão de obra qualificada. Esses discursos são fortemente influenciados pela Teoria do Capital Humano, que relaciona diretamente o desenvolvimento econômico e a educação alcançada pelos indivíduos, considerando que, quanto maior o grau de instrução e qualificação, maior a produtividade e a renda. Essa visão, disseminada desde os anos 1970, perdura até os dias atuais, reforçando a ideia de que cabe ao trabalhador “investir” em sua própria educação para adquirir as habilidades exigidas

⁷ Por meio da utilização de recursos oriundos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), criado em 1990 e que se constituiu como fonte de recursos regulares para o financiamento das políticas que compõem o Sistema Público de Emprego, sendo abastecido por contribuições empresariais e por recursos do Programa de Integração Social (PIS).

⁸ Em 2003, o Planfor foi substituído pelo Plano Nacional de Qualificação (PNQ).

⁹ Para mais detalhes sobre o histórico das políticas de Educação Profissional no Brasil, ver “Qualificação Social e Profissional: Análise de Indicadores Selecionados do Anuário do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda 2015”. Nota Técnica do Projeto Desenvolvimento de Instrumentos e Atualização dos Indicadores de Apoio à Gestão de Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda. Convênio MTE/SPPE/CODEFAT nº 003/2014 – DIEESE / SICONV nº 811485/2014. DIEESE/Ministério do Trabalho, junho de 2016.

pelo mercado de trabalho, uma vez que isso lhe permitiria obter o devido retorno, na forma de empregos e salários compatíveis com sua formação.

A disseminação dessa interpretação implica a transferência da responsabilidade aos trabalhadores, individualmente, pelo sucesso ou fracasso de sua trajetória profissional, desprezando a influência do ambiente social, político e econômico no qual se inserem. Essa situação é ainda mais grave quando ocorre em uma sociedade como a brasileira, cuja história é marcada por acentuadas desigualdades, que favorecem os que dispõem de recursos financeiros e dificultam enormemente a travessia dos que provêm de famílias carentes.

Na presente análise, entende-se que o foco adequado para a compreensão do emprego é o contexto socioeconômico, bem como a configuração e as características do mercado de trabalho. Deve-se partir das significativas disparidades que caracterizam a sociedade brasileira em nível regional, social e econômico e a heterogeneidade do mercado de trabalho brasileiro, onde coexistem setor formal organizado e setores informais e precários, que incluem expressivo contingente de trabalhadores por conta própria, que estão desprotegidos socialmente. É necessário considerar que esse mercado de trabalho é insuficiente para atender a demanda de trabalho de grande parte da população, seja pela quantidade, seja pela qualidade dos postos de trabalho que é capaz de criar.

É a partir dessa concepção – e da premissa de que a Educação Profissional é de grande importância para a promoção de inclusão social e redução das desigualdades – que foram examinados os dados aqui apresentados.

Constatou-se, primeiramente, que a formação profissional atualmente ainda alcança uma parcela reduzida da população (apenas 13%, no caso da Qualificação Profissional, e apenas 17%, no caso dos Cursos Técnicos, considerando-se aqueles que os frequentam e/ou os concluíram) e, mais ainda, não está em sintonia com as necessidades que se colocam para a juventude, em especial na fase de preparação para a entrada no mercado de trabalho, dado que jovens de 14 a 17 anos somavam menos de um quinto do total dos que cursavam qualificação e cursos técnicos.

Verificou-se, ainda, que a taxa de desocupação dos qualificados foi semelhante, nas faixas etárias mais jovens, à dos demais integrantes da força de trabalho, evidenciando que a qualificação, por si só, não implica garantia de sucesso na procura por trabalho e indicando que o problema é que todos – tanto qualificados, quanto não qualificados – se deparam com um mercado de trabalho desestruturado e incapaz de gerar a quantidade suficiente de empregos para absorver toda a mão de obra disponível. As informações também revelaram que boa parte dos trabalhadores qualificados ocupam postos de trabalho não relacionados com a área em que se especializaram, exercendo,

inclusive, funções que não requerem qualificação formal.

Deve-se destacar, contudo, que a remuneração recebida por quem realizou esses cursos, em média, foi superior à dos demais trabalhadores (em torno de 20% a mais), ou seja, a formação profissional possui um potencial impacto no aumento da renda, ainda que a maioria dos qualificados receba valores inferiores a dois salários mínimos.

Ainda há, portanto, muito a avançar em relação à Educação Profissional dos trabalhadores brasileiros. É certo, porém, que isso não ocorrerá sem que essa política seja articulada com processos que visem à redução das desigualdades na sociedade na qual vivemos, que implicam a reconfiguração do mercado de trabalho. No cenário atual, a expansão das políticas de Educação Profissional, articuladas com outras políticas públicas de emprego, poderia ser elemento potencializador da inserção no mercado de trabalho, sobretudo em períodos marcados por recessão, crescimento do desemprego e queda da renda. Todavia, não são suficientes para a superação das condições estruturais do emprego, que tem como atributos a curta duração dos contratos de trabalho, as extensas jornadas, os baixos salários e a precarização das contratações.

Não se pretende aqui, sob hipótese alguma, questionar o mérito da política de formação profissional, ou negar seus efeitos positivos para os trabalhadores. A intenção é questionar seu papel, que não pode se restringir a remendar uma formação básica cheia de lacunas, resultando em preparo rápido para que trabalhadores pobres ocupem postos de trabalho desqualificados ou subalternos.

O esforço desta análise é de fornecer elementos para a reflexão e (re)discussão da política de formação profissional, no âmbito em que o movimento sindical a concebeu e a transformou em bandeira histórica de luta, resgatando a ideia de que se constitua, efetivamente, em mecanismo de transmissão de conhecimentos necessários à prática profissional e de exercício da cidadania (DIEESE, 2007). Isso exige que se incorpore aos objetivos da Educação Profissionalizante a construção de capacidade crítica dos cidadãos, extrapolando a mera preparação para execução de tarefas de um posto de trabalho, de modo a fornecer elementos para que os trabalhadores sejam protagonistas de suas histórias e possam transformar a sua realidade e a de outros a seu redor.

Acredita-se que, dessa forma, serão criadas condições para a inclusão social, a universalização de direitos, a elevação da escolaridade, a redução das desigualdades e o fortalecimento da democracia.

Referências bibliográficas

BRASIL. Leis e Decretos. **Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004** : regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília, DF, 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5154.htm.

BRASIL. Leis e Decretos. **Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008**. Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da Educação Profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da Educação Profissional e tecnológica. Brasília, DF, 2008. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2008/lei-11741-16-julho-2008-578206-publicacaooriginal-101089-pl.html>.

DIEESE. **Cláusulas negociadas sobre qualificação profissional**: subsídios para a negociação. São Paulo: DIEESE, 2007.

DIEESE. **Qualificação profissional e mercado de trabalho**: reflexões e ensaios metodológicos construídos a partir da Pesquisa de Emprego e Desemprego. São Paulo: DIEESE, 2011. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/livro/2011/2011qualificacaoProfissionalMercadoTrabalho.pdf>.

DIEESE/Ministério do Trabalho. **Qualificação social e profissional**: análise de indicadores selecionados do Anuário do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda: 2015. São Paulo: DIEESE, jul. 2016 (Nota Técnica). Disponível em: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2016/NTqualificacaoSocialProjetao.html>.

DIEESE. Nota Técnica n. 199 - **Educação Profissional e mercado de trabalho: ainda há muito a avançar**. Novembro de 2018. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2018/notaTec199qualificacaoProfissional.html>.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. PNAD: aspectos complementares da educação de jovens e adultos e Educação Profissional. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. Educação 2022 - IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102002>.

MANFREDI, Silvia Maria. Trabalho, qualificação e competência profissional: das dimensões conceituais e políticas. **Educação e Sociedade**. São Paulo, v.19, n. 64, Campinas, set. 1999.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil: (1930-1973)**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1978.

Escritório Nacional: Rua Aurora, 957 – 1º andar
CEP 05001-900 São Paulo, SP
Telefone (11) 3874-5366 / fax (11) 3874-5394
E-mail: en@dieese.org.br
www.dieese.org.br

Direção Executiva

Presidente - Maria Aparecida Faria

Sindicato dos Trabalhadores Públicos da Saúde no Estado de São Paulo – SP

Vice-presidente - José Gonzaga da Cruz

Sindicato dos Comerciantes de São Paulo – SP

Secretário Nacional - Paulo Roberto dos Santos Pissinini Junior

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba - PR

Diretor Executivo - Alex Sandro Ferreira da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região - SP

Diretor Executivo – José Carlos Santos Oliveira

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel - SP

Diretor Executivo – Gabriel Cesar Anselmo Soares

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo – SP

Diretora Executiva - Elna Maria de Barros Melo

Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco - PE

Diretora Executiva - Mara Luzia Feltes

Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul - RS

Diretora Executiva - Maria Rosani Gregorutti Akiyama Hashizumi

Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região - SP

Diretor Executivo – Claudionor Vieira do Nascimento

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - SP

Diretor Executivo - Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa

Sindicato dos Eletricistas da Bahia - BA

Diretora Executiva - Zenaide Honório

Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo – SP

Diretor Executivo – Carlos Andreu Ortiz

CNTM – Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos

Direção Técnica

Fausto Augusto Júnior – Diretor Técnico

Patrícia Pelatieri – Diretora Adjunta

Victor Pagani – Diretor Adjunto

Eliana Elias – Diretora da Escola DIEESE de Ciências do Trabalho

Equipe responsável pela atualização

Camila Ikuta

Gustavo Monteiro

Revisão: Carlindo Rodrigues de Oliveira